

Quando a rua vira casa

Universidade Federal Fluminense

REITOR

Sidney Luiz de Matos Mello

VICE-REITOR

Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

Eduff - Editora da Universidade Federal Fluminense

CONSELHO EDITORIAL

Aníbal Francisco Alves Bragança (presidente)

Antônio Amaral Serra

Carlos Walter Porto-Gonçalves

Charles Freitas Pessanha

Guilherme Pereira das Neves

João Luiz Vieira

Laura Cavalcante Padilha

Luiz de Gonzaga Gawryszewski

Marlice Nazareth Soares de Azevedo

Nanci Gonçalves da Nóbrega

Roberto Kant de Lima

Túlio Batista Franco

DIRETOR

Aníbal Bragança

Arno Vogel

Marco Antonio da Silva Mello

Orlando Mollica | *Desenhos*

Quando a rua vira casa

A apropriação de espaços de uso coletivo
em um centro de bairro

Apresentação da 4ª edição

Felipe Berocan Veiga e Soraya Silveira Simões

Apresentação da 1ª edição

Carlos Nelson Ferreira dos Santos



Copyright © Arno Vogel, Marco Antonio da Silva Mello e
Ana Luiza Moreira de Souza Mollica

Copyright © 2016 Eduff – Editora da Universidade Federal Fluminense

Série Universidade, 3

Originalmente este livro apresentava os resultados da pesquisa “Espaço Social e Lazer, Estudo Antropológico e Arquitetônico do Bairro Catumbi”, realizada com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), no Centro de Pesquisas Urbanas (CPU) do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam).

Direitos desta edição reservados à
Eduff - Editora da Universidade Federal Fluminense
Rua Miguel de Frias, 9 - Anexo/Sobreloja - Icaraí - Niterói - RJ - Brasil - CEP 24220-900
Tels.: +55 21 2629-5287
faleconosco@eduff.uff.br
www.eduff.uff.br

Impresso no Brasil, 2017.

Foi feito o depósito legal.

*Caminhos não há
Mas os pés na grama
os inventarão*

Ferreira Gullar

(Sete Poemas Portugueses. *In: A Luta Corporal*, 1954)

Sumário

Apresentação da 4ª edição: Uma luz no fim do túnel <i>Felipe Berocan Veiga e Soraya Silveira Simões</i>	9
Apresentação da 1ª edição <i>Carlos Nelson Ferreira dos Santos</i>	29
Introdução	33
Primeiros contatos	43
A rua Emília Guimarães	63
Os trabalhos e os dias	87
O caso de controle: a “Selva de Pedra”	133
Conclusão: rua ou “Selva de Pedra”?	149
Abstract	165
Resumen	167
Resumé	169
Resumo	171
Referências	173

Apresentação da 4ª edição: Uma luz no fim do túnel

Felipe Berocan Veiga e Soraya Silveira Simões¹

“To approach a city, or even a city neighborhood, as if it were a larger architectural problem, capable of being given order by converting it into a disciplined work of art, is to make the mistake of attempting to substitute art for life. The result of such profound confusion between art and life are neither life nor art. They are taxidermy. In its place, taxidermy can be a useful and decent craft. However, it goes too far when the specimens put on display are exhibitions of dead, stuffed cities.”

(Jane Jacobs)²

A favor da cidade

O livro que o leitor tem em mãos é um convite em favor da cidade. Mergulha nas grandes questões urbanas do ponto de vista de um bairro emblemático do Rio de Janeiro, ensejando um percurso comentado que descreve rua por rua em suas singelas particularidades, que retrata casa por casa em sequências de fachadas, que adentra no comércio de proximidade ressaltando seus valores de ambiência, seguindo assim uma espécie de via sacra reveladora de uma sofisticada morfologia urbana e social.

Nasce do diálogo, até então incipiente no Brasil, entre a Antropologia e o campo da Arquitetura e do Urbanismo, a partir de uma teoria crítica ao projeto modernista de extração racionalista e sua “comunidade de corpos ausentes”.³ A Antropologia Urbana como campo disciplinar surge em meio a controvérsias em torno de um novo objeto, suscitando debates como os apresentados no livro *Urban Anthropology: research perspectives and strategies*, coletânea organizada por Elizabeth M. Eddy e publicada em 1968 nos Estados Unidos. No mesmo ano de estreia de *Quando a rua vira casa*, Ulf Hannerz observaria que:

Há pouco mais de uma dezena de anos, a Antropologia urbana não existia ainda. As considerações sobre o fenômeno urbano como fato de civilização e as tentativas

¹ Felipe Berocan Veiga é professor do Departamento de Antropologia (GAP-UFF) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFF (PPGS-UFF). Soraya Silveira Simões é professora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR-UFFRJ. Ambos são pesquisadores do Laboratório de Etnografia Metropolitana – LeMetro/IFCS-UFFRJ. Os autores agradecem ao Prof. Marco Antonio da Silva Mello pelo honroso e oportuno convite para escrever esta apresentação, para a qual contribuiu em diferentes ocasiões, e aos seguintes entrevistados por suas valiosas contribuições: professores Arno Vogel (CCH-UENF), Cristóvão Duarte (PROURB-UFFRJ), Máira Machado-Martins (PUC-RJ), Gerônimo Emílio de Almeida Leitão (EAU-UFF), Maria Laís Pereira da Silva (EAU-UFF) e Marcos Konder Neto (IAB-RJ). Registram sua gratidão também a Gabriel Ferreira Barbosa (PPGA-UFF) pela obtenção do Processo B/32/79/113/00/00 junto à FINEP, a Carolina Mól de Castro (PPGA-UFF) pelos decretos municipais e relatórios do IBAM e à professora Maria de Lourdes P. M. Costa (EAU-UFF) pelo envio de textos de Orlando Mollica.

² “Encarar a cidade, ou mesmo um bairro, como se fosse um problema arquitetônico mais amplo, passível de adquirir ordem por meio de sua transformação numa obra de arte disciplinada, é cometer o erro de tentar substituir a vida pela arte. O resultado de uma confusão tão profunda entre arte e vida não é nem arte nem vida. É taxidermia. Em local condizente, a taxidermia pode ser uma ocupação útil e digna. No entanto, vai-se longe demais quando os espécimes em exposição são cidades mortas, cidades empalhadas” (Jacobs, 1961: 373; Jacobs, 2000: 416).

³ Expressão utilizada por Marcel Hénaff, ao propor repensar o urbanismo em rede e a arquitetura moderna no mundo globalizado (Hénaff, 2008: 217).

de definir suas propriedades de maneira transcultural já tinham levado uma série de pesquisadores para Timbuktu ou a outros campos de observação longínquos. Não obstante isso, no início da década de 1960, um pesquisador interessado em estudos comparativos sobre os modos de vida urbanos podia ainda dizer dos antropólogos que eram “uma espécie notoriamente agorafóbica, antiurbana por definição” (Benet, 1963: 2012). É somente nos anos 1970 que a tendência se confirma realmente: os antropólogos se orientam em direção às cidades ou, simplesmente, não fogem mais delas (Hannerz, 1983 [1980]: 17. Tradução nossa).

Tratava-se, pois, de considerar a cidade em uma pesquisa etnográfica, não como mero cenário, epifenômeno de determinações econômicas ou configurações de tipos de dominação; mas, doravante, como atualização de uma *forma cultural*, um plano de organização da experiência passível de ser apreendido por meio de seu sistema construído, de suas práticas, modos de fruição e de apropriação do espaço. A prevalência de uma Antropologia *na cidade* em detrimento de uma Antropologia *da cidade* produziu, por sua vez, uma situação inusitada. Sob o novo e sedutor guarda-chuva de uma Antropologia Urbana *in statu nascendi*, foram se abrindo pesquisas dedicadas aos mais variados objetos empíricos situados na metrópole, em meio a outras que, de fato, estavam ancoradas em *lugares*, etnografando praças e ruas, tematizando bairros, favelas e periferias, considerando modos de construir e de habitar.

Não obstante, a Sociologia produzida pela Escola de Chicago já se ocupava havia muito tempo desses temas. Do ponto de vista de seus autores, a metrópole reúne recursos, capacidades e competências nunca antes postos em conjunção, elevando suas possibilidades e combinações de modo exponencial. A expressividade das cenas urbanas, o anonimato relativo, o his-trionismo dos desempenhos e o favorecimento de carreiras morais, tal como observara, desde 1915, Robert Ezra Park, só poderiam mesmo acontecer *na grande cidade*, esse poderoso dispositivo de produção de sentido e, em termos de escala, o maior entre todos os artefatos produzidos pelo engenho humano. Isso é tanto mais pleno de significado quando pensamos nas infindáveis inovações produzidas nas cidades da modernidade ocidental.

Lugar do cidadão e do estrangeiro, do dinheiro e da mercadoria, do relógio e do calendário, das *figures de l'urbain*, a cidade emula a vida vertiginosa, a pressa, o efêmero, a brevidade das coisas que acontecem num só dia. Mas também enseja as *pequenas superstições*, as sutis pertinências, os cambiantes e fugazes apegos. É ainda *locus* de uma complexa dialética sentimental entre distância e proximidade, expressa na indiferença estudada (atitude *blasé*), na superficialidade dos contatos, no esnobismo burguês, no *display* e na *flânerie* do passante considerável.

Mosaico e caleidoscópio, cidade é lugar onde se vive e com o qual se sonha. Sob a espécie da *urbe*, ganha uma dimensão concreta revestida de significados e referências que se conjugam no tempo e no espaço de modo variado, configurando realidade que se assenta na vida, atualizada nas obras e gestos de seus habitantes. Cidades-constelação são assim a própria multiplicidade de suas imagens, que se realizam em devaneios, práticas espaciais e reinvenções

permanentes de seus conteúdos. Lugares da controvérsia, portanto, que envolvem indivíduos, usos, direitos, normas, representações e expectativas, na refinada arte de *fazer sociedade*. Imagens que podem tanto valorizar o lugar, o estar, a permanência, o tempo escandido, criando espaços transidos de humanidade; quanto propor o progresso, o desenvolvimento, a inovação, a circulação, e assim desejar abreviar percursos, elevando viadutos e abrindo túneis na rocha viva, eliminando tudo o que se afigurar como um obstáculo na paisagem.

Talvez por isso, ao analisar o desenvolvimento urbano norte-americano e seu amplo espectro de imagens, Anselm Strauss lançou-se ao desafio de inventariar o que os homens sentem e dizem sobre suas cidades: como o imigrante, o homem de negócios, o camponês recém-chegado ou o turista de passagem veem suas cidades? Suas imagens são criações deles mesmos, referidas de modo exclusivo ao quadro de suas experiências individuais, ou estão elas irremediavelmente afetadas por uma plethora de referências que atravessa o imaginário cultural, compondo seu repertório de estereótipos, sejam eles positivos ou negativos? Como o rápido processo de urbanização teria influenciado concepções sociais tão divergentes, criando um temor em relação à cidade ou uma atração irresistível, um tropismo em sua direção? Por que alguns consideram as cidades excitantes e acolhedoras, enquanto outros as tomam como ameaçadoras, licenciosas, perturbadoras e perigosas?

Transformando imagens teratológicas em filão de mercado, a indústria farmacêutica logo lançaria seus filtros mágicos – *urbanil, socian, seakalm e ritmoneuran*, medicamentos feitos sob medida para suportar as angústias da vida moderna e afugentar os malefícios da ansiedade, da agitação nervosa, do vício, do pânico e da insônia, em “cidades fundadas para odiar, tão altas para quê?”. Cidades predestinadas a serem lugares onde “reinará a solidão total”, como nos versos de um trágico tango.⁴ Anselm Strauss observa ainda que:

Livros sobre cidades são sempre engajados (*partisans*). Sempre traem, quando não estão francamente retratando, os sentimentos de seus autores sobre determinadas cidades, ou mesmo sobre as cidades em geral. Quão difícil é não sentir, de *algum modo*, alguma coisa a respeito das cidades, fenômeno tão extraordinário que suscita uma enorme gama de emoções e sentimentos humanos. Mesmo das páginas relativamente sem cor desses livros técnicos, escritos por planejadores de cidades e sociólogos urbanos, não estão ausentes algumas de suas inclinações avaliativas, por vezes alguma visão biliosa e amargurada do que eram as cidades, do que são e do que poderiam ser (Strauss, 1961: vii-viii. Tradução nossa).

Este livro tem, portanto, um partido. Defende uma posição em favor da cidade e do intrigante princípio da diversidade, tal como evidenciado por Jane Jacobs em *The death and life of great American cities* (1961). E, em se tratando de preferências e antipatias, consideradas de um certo ponto de vista sociológico, a propósito de pesquisas e pesquisadores, Howard S. Becker tece importantes considerações sobre a consciência e o controle do *bias* como elementos fundamentais em uma investigação. A credibilidade de uma pesquisa está não em sua pretensa e inatingível neutralidade, ela mesma enviesada como princípio, mas nas soluções pensadas ao longo da investigação e da escrita do texto para o controle adequado

⁴ [Versos recitados] “Y entonces fue que dijimos/ Señor, danos la gracia de levantar ciudades/ Que sean iguales a los árboles/ Y llegan a estar maduros/ Antes de quedarse secos/ Génesis, versículo primero./ Capítulo 1972 del futuro testamento/ [Versos cantados] Ciudades, fundadas para odiar/ Ciudades, tan altas, ¿para qué?/ Ciudades, cadáveres de pie/ Ciudades, al polvo volverán”. Versos de “Las Ciudades”, de Astor Piazzolla e Horacio Ferrer, tango gravado pela cantora Amelita Baltar em 1970.

⁵ *Essas observações dos autores integram o artigo “Lições da rua: o que um racionalista pode aprender no Catumbi?”, lançado no número inaugural da Arquitetura Revista da FAU-UFRJ (Vogel e Mello, 1983 e 2015), com traduções em periódicos na França e na Argentina (Mello e Vogel, 2002; 2007). A versão francesa do texto, publicado na renomada revista Communications, mereceu longa citação no livro Anthropologie de l’espace, de Marion Segaud: “As classificações que geralmente associam ‘casa’ ao ‘privado’ e ‘rua’ ao ‘público’, em nossa própria sociedade, podem ser postas em questão por outras: elas não têm mais sentido e podemos dizer, com Mello e Vogel (2002), que são então ‘os acontecimentos que decidem as qualidades formais dos espaços: eles produzem, modelam, esculpem as ambiências (...). O espaço é sempre o espaço de qualquer coisa, como todas as coisas podem ter lugar não importa em que espaço. A etnografia do espaço social deve, portanto, incluir a afirmação atenta do que se passa ali. A classificação sem observação das práticas apresenta uma estrutura cristalina, admirável pela pureza de suas linhas e articulações, mas inerte, rígida e sem vida. As práticas, por seu turno, são caleidoscópicas, mutantes e mutáveis’. (...)” (Segaud, 2010: 66-67. Tradução nossa).*

⁶ *Tal como havia sido a passagem dos anos 1970, com a publicação de Le droit à la ville, de Henri Lefebvre (1968), e de After the planners, de Robert Goodman (1972), uma obra de referência no contexto das mobilizações urbanas do chamado advocacy planning (Davidoff, 1965), a virada da década seguinte foi igualmente marcante para os estudos urbanos. Em 1979, mesmo ano da pesquisa de campo no Catumbi, foi publicada a primeira coletânea de textos da Escola de Chicago na França, organizada por Yves Grafmeyer e Isaac Joseph, e o livro Pas à pas. Essai sur le cheminement quotidien en milieu urbain, de Jean-François Augoyard. Entre 1978 e 1980, Arno Vogel e Marco Antonio da Silva Mello assistiram a conferências realizadas no Ibam pelo intelectual jesuíta Michel de Certeau, filósofo e historiador francês, e por Karl Klühspies, autor do recente livro München – Nicht wie Gerplant (Munique como não planejada). Esse crítico do urbanismo ligado à esquerda católica da Baviera e a movimentos sociais urbanos na Alemanha esteve no Catumbi, em Brás de Pina e em outros bairros cariocas a convite de Arno Vogel. Naquele mesmo ano, veio a público na França o livro de Michel de Certeau, L’invention du quotidien, 1: Arts de faire, mais tarde um grande sucesso editorial no Brasil. Em 1982, do mesmo autor, foi publicado no Rio de Janeiro o renomado livro A Escrita da História, com revisão técnica de Arno Vogel para a tradução brasileira realizada por Maria de Lourdes Menezes.*

do viés, na busca por maior objetividade possível do trabalho. A objetividade pode ser pensada também como uma apreensão avaliativa, pois que não almeja nivelar todas as coisas em um mundo sem qualidades. Assim podemos melhor compreender as inclinações e a discreta simpatia dos autores de *Quando a rua vira casa*, forjada no desenrolar do trabalho de campo, por um bairro tradicional, marcado por recentes demolições na esteira do processo de renovação urbana; e uma certa antipatia por novos condomínios exclusivos, uma polaridade axiológica, encarnando duas concepções e imagens de cidade em confronto.

A leitura de Jane Jacobs foi, portanto, chave para que Arno Vogel e Marco Antonio da Silva Mello pudessem vir a ocupar-se reflexivamente daquilo que a própria reiteração da experiência urbana encarrega-se de banalizar e naturalizar. Isto lhes permitiu olhar, detida e escrupulosamente, a cidade e o bairro. E ao fazerem isso, recorreram ao artifício da fina ironia ao comparar a etnografia urbana das ruas a um exercício de prestidigitação, como se essa espécie de número de ilusionismo propusesse a observação do bairro a partir de miudezas insignificantes para um olhar desavisado.

No campo, uma vez capturados pela pesquisa, os próprios moradores iriam tomar parte no jogo. Na companhia dos etnógrafos, fariam eles mesmos a exegese das práticas e princípios de organização do bairro, colocando sob descrição uma pragmática de usos e manipulações de sentido, que só podem ser apreendidos *em situação*. Na realidade, tratava-se de compartilhar um exercício construído a partir de uma *teoria contextual do significado*, em que espaços, valores e atividades se relacionavam inextricavelmente, considerando ainda que as dificuldades em se montar o quebra-cabeça estavam tanto nas mãos dos pesquisadores quanto nas mãos dos nativos.

Ao longo da pesquisa, foram ganhando relevo dois princípios classificatórios distintos e opostos: a tensão entre um sistema de múltiplas conexões, em que significados plurais dos espaços se dão a partir de seus usos; e outro, estático, normativo, avesso ao *princípio da diversidade*. De um lado, o bairro central do Catumbi; de outro, o recém-construído conjunto de prédios da Selva de Pedra como *caso de controle*.⁵

A pesquisa realizada em 1979 e a subsequente publicação de seus resultados sob a forma de livro surgia, assim, como uma espécie de luz no fim do túnel, diante de um planejamento urbano modernista que pretendia levar para as ruas do bairro *quadras* e, com elas, a sombra dos edifícios de apartamentos. Era contra a ameaça da “Grande Praga da Monotonia”, na expressão de combate de Jane Jacobs, produto da razão monológica que consagrou uma espécie de *taylorismo urbanístico*, especializando e espacializando as funções, incrementando vertiginosamente produtividades numa escala industrial, que, insurgentes, moradores do Catumbi passaram a se organizar.

Genealogia de uma pesquisa

Final dos anos 1970.⁶ Em meio à euforia proporcionada pela anistia, nos últimos anos da ditadura militar, a cidade do Rio de Janeiro estava sendo revolvida por uma série de in-

tervenções radicais em seu sistema construído. A década anterior tinha sido marcada pela remoção e erradicação de favelas, política autoritária que produziu uma *diáspora urbana forçada* sem precedentes na história e na memória urbana carioca. Entre 1962 e 1974, ao longo dos governos Carlos Lacerda, Negrão de Lima e Chagas Freitas à frente do antigo estado da Guanabara, 80 favelas foram removidas e 140 mil moradores levados para as Zonas Norte e Oeste da cidade.

A edificação de grandes conjuntos habitacionais nas periferias, as obras para a construção do metrô nas áreas centrais e a chegada às favelas da luz elétrica, no âmbito de um programa público de instalações, levaria para o Centro de Pesquisas Urbanas do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (CPU-Ibam) demandas técnicas do Banco Nacional de Habitação (BNH), do Metrô e da Light por estudos de avaliação de impactos e publicação de resultados sob a forma de relatórios.⁷ Tais transformações urbanas, além de afetarem os variados ritmos e fluxos de seus habitantes, fizeram surgir e ressurgir na cena pública inúmeras associações de bairro que desencadearam novas mobilizações populares.

Duas décadas antes, em outubro de 1952, o Ibam havia sido criado no Rio de Janeiro como associação civil sem fins lucrativos, realizando consultoria especializada na elaboração de planos diretores municipais e de estudos para a qualificação de serviços públicos. Inaugurado em dezembro de 1968, o CPU tinha como objetivos “(1) promover a formação de uma equipe interdisciplinar capacitada para as complexas atividades de pesquisa urbana; e (2) levantar categorias de estudo e pesquisa em termos de objetivos de desenvolvimento urbano no Brasil”⁸.

Em 1976, Carlos Nelson Ferreira dos Santos sucedeu a socióloga Ana Maria Brasileiro na chefia do referido Centro, com a função de coordenar os contratos de pesquisa e supervisionar a produção de seus resultados.⁹ Por exigência das empresas contratantes, os protocolos de pesquisa sobre os impactos dos projetos urbanísticos e a introdução de novas tecnologias na vida da cidade deveriam trazer números, tabelas, gráficos e estatísticas que facilitariam o estabelecimento de equivalências entre grandezas e problemas de natureza diversa. Assim, relatórios técnicos dessa época deveriam orientar-se pela produção de dados quantitativos.

A pesquisa intitulada *Apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro na cidade do Rio de Janeiro* tinha, nesse contexto, algumas singularidades. A primeira delas é que não se tratava de uma pesquisa encomendada por órgãos públicos, mas de um projeto submetido a uma agência federal de fomento, a Financiadora de Estudos e Projetos – Finep. Por essa razão, prescindiu inteiramente dos ditames metodológicos das empresas e suas corriqueiras aplicações de questionário, realizações de *surveys* e tabulações de dados quantitativos. Assim, esse estudo ganhou um aspecto diferente, ao privilegiar métodos etnográficos a partir do convite feito à participação de antropólogos, em uma equipe originalmente composta e pensada para ser desenvolvida apenas por arquitetos. Desse modo, a pesquisa que deu origem a este livro viria inovar e inaugurar uma nova linhagem de estudos no CPU-Ibam.

Entre vários esboços de projetos disponíveis, havia uma proposta em torno do campo temático *arte, cultura e lazer urbano*, mas que Carlos Nelson considerava ainda não ter en-

⁷ *Desse período áureo do Ibam – sob a supervisão-geral de Diogo Lordello de Mello e as superintendências-adjuntas de Cleuler de Barros Loyola, Lino Ferreira Netto e Jamil Reston – e do CPU sob a chefia de Carlos Nelson Ferreira dos Santos e a coordenação-administrativa de François de Bremaeker, são os estudos aqui referidos: Projeto CPU-Ibam/Metrô: Subsídios para Ação Imediata do Governo Visando ao Impacto do Metrô (1977); Projeto CPU-Ibam/BNH: Avaliação de Programas Habitacionais de Baixa Renda (1979, 14 volumes); Projeto CPU-Ibam/Light: Avaliação do Programa de Eletrificação Social (1985, 4 volumes).*

⁸ *Conforme o relatório CPU-Ibam. Estatísticas urbanas: levantamento de necessidades. Volume 4 - Iluminação pública. (CPU-Ibam, 1970).*

⁹ *O arquiteto e urbanista Carlos Nelson Ferreira dos Santos realizou pesquisa sobre movimentos sociais urbanos, comparando as experiências de Brás de Pina, Morro Azul e Catumbi. Sua dissertação de mestrado em Antropologia no Museu Nacional, defendida em 21 de junho de 1979, foi publicada dois anos depois como livro (Santos, 1981). Doutor em Arquitetura pela FAU-USP em 1984, se tornou professor titular da UFF no ano seguinte, tendo sua tese de concurso publicada com o título de A cidade como um jogo de cartas (Santos, 1988), juntamente com trechos do estudo Seis novas cidades em Roraima (CPU-Ibam, 1985). Carlos Nelson viria a falecer em 4 de julho de 1989. Sobre suas atividades profissionais, recomendam-se os textos do próprio autor (Santos, 1980) e de Maria Laís Pereira da Silva, Isabel Cristina Eiras, Diogo Lordello de Mello, Maria de Lourdes Costa, Sueli Santos Azevedo e Gilda Blank (Silva, Eiras e Mello, 2002; Silva, 2008; Costa e Azevedo, 2012). Sua atuação em docência e pesquisa foi objeto de discussão nos seguintes eventos acadêmicos realizados na EAU-UFF: Simpósio Carlos Nelson Ferreira dos Santos (6 a 9 de dezembro de 2010); Colóquio Jane Jacobs: 50 anos de Morte e Vida das Grandes Cidades (LeMetro/IFCS-UFRJ e EAU-UFF, 7 e 8 de novembro de 2011); Dos barracos de madeira aos prédios de quitinetes, lançamento do livro de Gerônimo Leitão (30 de setembro de 2009); e Seminário Carlos Nelson abre portas a Nuno (3 e 4 de maio de 2016). Na UERJ, foi também realizada a sessão especial A cidade como direito: pensamento e obra de Carlos Nelson Ferreira dos Santos, durante o II Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas – II UrbFavelas (24 de novembro de 2016).*

10 Arno Vogel é bacharel em História pelo IFCS-UFRJ, mestre e doutor em Antropologia Social pelo PPGAS/MN-UFRJ. Professor titular da UENF-RJ e membro do LESCE.

11 Processo Finep, 19/Jan/1978, Proposta sobre financiamento de pesquisa sobre a apropriação de espaços de uso coletivo num centro de bairro da cidade do Rio de Janeiro, Justificativa, p. 1725.

12 Marco Antonio da Silva Mello é bacharel em Ciências Sociais pelo ICHF-UFF, doutor em Antropologia pela FFLCH-USP, com pós-doutorado em Sociologia Urbana no Département de Sociologie – Université de Paris X – Nanterre. Professor do PPGA-UFF, do DAC-UFRJ e coordenador do LeMetro/IFCS-UFRJ.

13 Além disso, essa metodologia deu origem ao livro Como as crianças vêem a cidade, de Arno Vogel, Vera Lúcia de Oliveira Vogel e Gerônimo Emílio de Almeida Leitão (1995). A pesquisa etnográfica com crianças ganharia outros contornos a partir do projeto Flasco/Unicef, realizado por Arno Vogel e Marco Antonio da Silva Mello com meninos e meninas de rua em Goiânia, tendo como resultado a publicação do capítulo de livro “Da casa à rua: a cidade como fascínio e descaminho” (1991). Também as dissertações de mestrado de Lucia Maria Cardoso de Souza (2006) e Beatriz Arosa de Mattos (2008), orientadas por Mello e com pesquisas de campo realizadas na Nova Holanda, tiveram como tema as crianças e suas formas de cognição urbana.

contrado uma forma adequada para concorrer aos editais das agências de fomento. Arno Vogel,¹⁰ seu colega do mestrado em Antropologia do Museu Nacional, foi então trazido ao CPU-Ibam por seu novo chefe, com a missão de reelaborar a proposta reestruturando-a nos marcos da pesquisa empírica de caráter etnográfico. Uma vez considerado satisfatório para encaminhamento, o projeto foi submetido à Finep e aprovado em julho de 1978.

Na carta-consulta à presidência da Finep, Carlos Nelson destacou a particular importância que teria o projeto para o planejamento urbano das grandes cidades, devido à inovadora metodologia proposta, em consonância com as sugestões de Arno Vogel. Segundo Carlos Nelson, o método etnográfico ainda não havia recebido a atenção merecida dos arquitetos, urbanistas e mesmo dos cientistas sociais atuantes no campo do planejamento urbano. A pesquisa viria, assim, “não apenas preencher uma lacuna, mas inaugurar um campo de trabalho de perspectivas promissoras quanto ao nível epistemológico e, sobretudo, quanto às contribuições teóricas e diretrizes para uma intervenção prática nessa realidade complexa e mal conhecida que é a *morfologia social* dos nossos bairros”.¹¹

Arno Vogel, uma vez designado coordenador da pesquisa, convidou Marco Antonio da Silva Mello,¹² também seu colega do Museu Nacional, para a empreitada, em parceria que refinou a metodologia da pesquisa, realizou o trabalho de campo e a escrita integral do texto. Carlos Nelson, Arno e Mello eram professores da Universidade Federal Fluminense, os dois primeiros lotados no Departamento de Arquitetura e Urbanismo e o último na área de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais. Por ter sido proposto de maneira independente pelos próprios pesquisadores, o projeto de pesquisa realizado no Catumbi e na Selva de Pedra assegurava a plena autonomia de seus autores na apresentação dos resultados, em um texto que se tornou internacionalmente reconhecido por suas qualidades teórico-metodológicas e consistência etnográfica no campo da Antropologia Urbana.

Evidentemente, nada do que havia sido feito naquele ano de 1979 seria possível, não fossem as favoráveis condições de trabalho e a crença firmemente estabelecida entre os pesquisadores, fruto de uma concepção alargada a respeito das investigações no meio urbano e das virtudes inovadoras do engajamento conversacional entre profissionais de distinta formação. Uma conjuntura muitíssimo especial no CPU-Ibam, portanto, favoreceu aquilo que até então não fora possível conhecer, entre nós, em nenhum outro lugar ou instituição. É tudo isso graças às inquietações acadêmicas, intelectuais e políticas de Carlos Nelson Ferreira dos Santos como chefe de Centro do referido Instituto, tornando possível a invenção compartilhada e criativa de um modo de realização da pesquisa urbana.

Os antropólogos Arno Vogel e Marco Antonio da Silva Mello deram o enquadramento conceitual e metodológico à pesquisa e convidaram os demais integrantes que realizariam visitas ao bairro. Esses pesquisadores, por sua vez, abriram muitas perspectivas, por meio de desenhos, mapas de animação, fotografias, filmes e também pela consideração das crianças como *usuários competentes da cidade*, conforme a sugestão feita por Mello e prontamente acolhida por seu colega Arno.¹³ O quadro de referências espaciais e representações do bairro pôde, assim, ser apreendido a partir das redações e desenhos das

crianças, revelando uma cognição urbana própria, com suas habilidades, capacidades, competências e escalas particulares, permitindo abordar questões variadas, como segurança, acessibilidade e a tópica dos deslocamentos. O sucesso do protocolo de pesquisa nas escolas do Catumbi, envolvendo professores e alunos em atividades didático-pedagógicas sobre temas urbanos, inaugurou um procedimento estratégico no CPU-Ibam para iniciar a formulação de planos diretores municipais.

Considerar crianças e adolescentes como interlocutores qualificados era algo inédito nas pesquisas urbanas até então realizadas dentro e fora do país. Além da observação direta e circunstanciada sobre suas práticas, os dois antropólogos conceberam outra estratégia para melhor apreender as representações das crianças sobre a cidade e a vida urbana. Assim, participaram da equipe como auxiliares de pesquisa, em momentos diferentes, as pedagogas Magali Alonso de Lima e Zilda Clarice Martins Nunes, com objetivo de visitar escolas locais e, desse modo, propor às professoras a realização de atividades em classe, com vistas à constituição de um conjunto de desenhos e redações das crianças sobre o bairro. Os temas das atividades propostas aos alunos eram: “minha cidade”, “a rua em que eu moro”, “a casa onde moro”, “como eu gostaria que fosse meu bairro”, assim por diante. Os desenhos e mapas cognitivos produzidos pelas crianças do Catumbi expressavam não somente um modo de brincar, mas apresentavam, por sua vez, suas deambulações e o próprio bairro envolvido por comércio e serviços. Em outros desenhos, esse conjunto, essa configuração plasmada pela vida em comum, aparecia confinado, imprensado, enquadrado pelas linhas retas e incontornáveis do viaduto e pelos novos e desproporcionais volumes de arranha-céus adventícios.

Da equipe originalmente reunida no CPU-Ibam, participaram do trabalho de campo no Catumbi e na Selva de Pedra o arquiteto e desenhista Orlando Mollica e o arquiteto e cineasta Sergio Péo. Ambos haviam estudado Arquitetura e Urbanismo na FAU-UFRJ, assim como Carlos Nelson. Os desenhos de Orlando Mollica deram contornos singulares à obra desde sua primeira edição, ainda como relatório.¹⁴ O uso de desenhos na pesquisa, a partir da observação direta e da exploração engenhosa de suas técnicas de combinação com a fotografia, constituiu outro aspecto bastante original do trabalho. Ao reconstituir diálogos e registrar cenas da vida cotidiana, realçando o não dito, o não explicitado pelas fotografias, permitiu que imagem e texto se comunicassem vivamente, para além dos lugares restritos reservados, em geral, às ilustrações em livros de Ciências Sociais. Orlando Mollica produziu os desenhos e o *mapa de animação* do bairro, que figura na capa do livro desde sua primeira edição. Com seu trabalho, o arquiteto, desenhista, cartunista e artista plástico não somente ilustrou o livro; mas, no âmbito da concepção que Arno e Mello definiram para o trabalho de campo, inovou, também ele, a forma de apresentação dos resultados de uma pesquisa dessa natureza. Para a documentação fotográfica no Catumbi realizada pelos autores, contribuiu Paulo Pavel, auxiliar de pesquisa e estudante de Arquitetura da FAU-UFRJ, que registrou rua por rua a sequência de fachadas, posteriormente reunidas em montagens panorâmicas, seguindo a orientação explícita dos dois antropólogos.¹⁵

Além do livro, a pesquisa deu origem a um filme homônimo.¹⁶ A partir de imagens inicialmente feitas durante o trabalho de campo por Sergio Péo, e de novas filmagens e montagem

14 Orlando Mollica, professor da Universidade Santa Ursula e da Escola de Artes Visuais do Parque Lage, realizou sua dissertação de mestrado em Comunicação na UFRJ sobre a correlação entre cidade e desenho no universo das representações (Mollica, 1990). Também em sua tese de doutorado sobre o olhar paisagístico na mídia brasileira, refletiu sobre a técnica que chamava de desenho de observação, utilizada por ele “para retratar aspectos da vida cotidiana dos moradores dos bairros do Catumbi e Vila Isabel, cujo objetivo era identificar, classificar e analisar os diversos significados culturais das formas de apropriação dos espaços públicos pela população” (Mollica, 2005: 2).

15 O uso de sequências de fotografias como testemunho das transformações urbanas pode ser observado no filme En Remontant la rue Viliin (Robert Bober, 48’, 1992), a partir do arquivo fotográfico reunido pelo escritor George Perec, constituindo um acervo notável sobre a rua onde viveu sua infância em Paris e sua demolição progressiva, culminando com seu desaparecimento completo para a criação do Parc de Belleville. Diante da tarefa de recuperar o cotidiano do lugar em seu nível extraordinário, George Perec escreveu um texto que serviria como argumento para o filme, realizado dez anos após sua morte: “A rua me inspirou o ato que consiste em tentar justapor fotografias. Esse ato me permitiria reunir diferentes elementos, a fim de formar uma imagem global, um conjunto, como num quebra-cabeça. Esse conjunto se chama rue Viliin. Mas contrariamente ao princípio do quebra-cabeça, aqui cada elemento tem sua própria existência independentemente do conjunto. Cada fragmento é já uma imagem completa. Cada fotografia, considerada como uma peça de um jogo, existe, pois, primeiramente, e de outro modo que não só em relação às outras peças. No entanto, a montagem de todos esses espaços de vida – que são as fotografias dos imóveis – introduz a ideia de percurso, de narrativa”. A propósito desse documentário, ver a apresentação escrita por nosso colega Jacques Lemière (2008), com quem tivemos a oportunidade de discutir o filme e este livro. Ver também a nota 27 sobre o sistema construído como poderoso dispositivo mnemotécnico.

16 O filme Quando a rua vira casa (Têê Moraes, 21’, 1980) figura como um exemplo notável da relação entre documentário e pesquisa urbana, densamente analisado por Silvana Olivieri no capítulo final do livro Quando o cinema vira urbanismo: o documentário como ferramenta de abordagem da cidade (Olivieri, 2011: 159-200). Veio somar-se a dois outros filmes realizados sobre o lugar. O primeiro curta-metragem, O Catumbi: história de um bairro (Mário Palmieri, 10’, 1972), foi realizado por iniciativa da Associação de

Assistência e Orientação dos Moradores do Catumbi e discutido por Carlos Nelson Ferreira dos Santos em seu livro Movimentos urbanos no Rio de Janeiro (Santos, 1981: 189). O original em 16 mm foi conservado durante décadas por Ítalo Brescia e recuperado graças ao Projeto de Pesquisa e Extensão “Catumbi Revisitado: recuperação e análise de um documentário sobre o drama social de um bairro carioca” (LeMetro/IFCS-UFRJ, PPGACP-UFF e IACS-UFF, 2000-2001), realizado por Marco Antonio da Silva Mello e Felipe Berocan Veiga com apoio da Cinemateca do MAM e da Cinemateca do Exército. O filme mais recente foi o curta-metragem Catumbi (Gabriel Zagury e Douglas Lacerda, 15’, 2004), obra de dois estudantes de Cinema do IACS-UFF vinculados ao LeMetro, cuja produção foi objeto das reflexões do primeiro autor em sua monografia de bacharelado em Cinema e Vídeo (Zagury Melo, 2008), orientada por Marco Antonio Mello.

17 Nomes artísticos dos cineastas Sérgio Casemiro Jucá dos Santos, autor do filme Rocinha 77 (1977), e Maria Teresa Porciúncula Moraes, que o substituiu na finalização do filme Quando a rua vira casa, cuja primeira exibição foi realizada em 29 de abril de 1981 no auditório da Finep, no Rio de Janeiro. Ambos eram então jovens cineastas, iniciando suas explorações estéticas tendo a cidade como foco. Em 24 de outubro de 2012, o evento CineCidade (LeMetro/IFCS-UFRJ e CAU-Prefeitura do Rio) reuniu três integrantes da equipe de pesquisa realizada no CPU-IBAM – Marco Antonio Mello, Sergio Péo e Orlando Mollica – 33 anos depois, em uma rara oportunidade de discussão. Nessa ocasião memorável, foi exibido o filme Contradições urbanas (Sergio Péo, 39’, 1980), produzido a partir das filmagens que realizou durante a pesquisa no Catumbi. Orlando Mollica faleceu pouco mais de um ano depois, em 31 de maio de 2014.

18 Filósofo, poeta e professor de Metodologia das Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense, de 1977 a 1990.

realizada por Tetê Moraes,¹⁷ o filme roteirizou diálogos mantidos entre Arno, Carlos Nelson e Mello, a partir das principais questões analisadas ao longo da pesquisa. Utilizando cenas do dia a dia do bairro e falas de seus moradores, o documentário apresenta a efervescente vida ativa do Catumbi, com suas variadas práticas e ambientes de conversa, em contraste com a aversão manifesta pelos moradores da Selva de Pedra aos contatos de vizinhança.

O livro foi publicado pela primeira vez como relatório final do projeto *A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*, realizado no CPU-Íbam. Desse relatório, foram feitas duas tiragens, em abril e junho de 1980. No ano seguinte, uma 2ª edição, revista e atualizada, veio a público com o título que o consagraria: *Quando a rua vira casa. A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro* (1981). Logo se tornou objeto de leitura nas faculdades de Ciências Sociais e de Arquitetura e Urbanismo pelo Brasil afora, constituindo referência obrigatória na literatura sobre estudos urbanos. Graciosamente distribuído como brinde a órgãos públicos, empresas e bibliotecas, espécie de cartão de visita do CPU-Íbam, o livro seria demandado ao órgão por meio de intensa correspondência enviada por prefeituras e secretarias de vários municípios do país.

Rapidamente esgotada a 2ª edição, uma 3ª edição seria publicada quatro anos depois, em outubro de 1985, envolvendo, dessa vez, além do Íbam e da Finep, uma editora comercial, especializada em Arquitetura e Urbanismo: a editora Projeto, dirigida, em São Paulo, por Vicente Wissenbach, também ele responsável pelo processo editorial da renomada revista *Projeto*, fundada em 1977.

O livro originalmente trazia uma epígrafe. Algum revisor desastroso, no entanto, a fez desaparecer sem mais da 2ª e da 3ª edições, talvez por censura do que poderia ter lhe parecido uma provocação impertinente, reverberando dura como palavra de ordem. O fato é que o verso-sentença, evocado num átimo por Alex Varella¹⁸ aos amigos Mello e Arno, acabaria por dar a perspectiva-chave ao texto etnográfico, numa tarde ensolarada e convidativa na praia de Itaipu. Pois sugeria que cidades são para serem fruídas, praticadas, percorridas passo a passo para melhor serem compreendidas. Com esse convite, ora enigmático ora esclarecedor, o gesto do poeta indicava uma saída surpreendente, recolocando os usuários na cidade: “Caminhos não há. [Mas] Os pés na grama os inventarão” (Ferreira Gullar).

Em 1985, quando finalmente a 3ª edição veio a público, foi mantida a *Apresentação* escrita por Carlos Nelson Ferreira dos Santos, embora não assinada, datada de junho de 1980, originalmente seu texto de encaminhamento do relatório final de pesquisa à Financiadora de Estudos e Projetos – Finep. A ficha técnica do relatório, por sua vez, foi reproduzida nas edições seguintes, na qual figurava como primeiro nome o do então chefe do Centro de Pesquisas Urbanas, Carlos Nelson, e em segundo lugar o coordenador da pesquisa Arno Vogel. O fato de os nomes do *staff* figurarem na ficha catalográfica das edições anteriores pode ser compreendido, se considerarmos publicações canceladas como iniciativas próprias de uma *instituição*, destinadas, no caso do Íbam, a sua apresentação no promissor mercado de consultorias urbanas, com vistas ao credenciamento de novas propostas e contratos.

Esta 4ª edição visa enfim eliminar os equívocos de uma ficha catalográfica mal arranjada, que confundiu *créditos institucionais* e *créditos autorais*, quando da edição comercial do

livro pela editora Projeto. O problema foi ainda agravado pela desafortunada transposição dos erros de uma ficha catalográfica para a capa da 3ª edição. A indexação catalográfica do livro, nas áreas de *Renovação Urbana* e *Planejamento Urbano*, também contribuiria para o afastamento de seu campo disciplinar de origem em *Antropologia Urbana*. Agora é fundamental reparar essas ambiguidades em termos editoriais, para restabelecer de modo inequívoco a indexação e os créditos de autoria, créditos devidos aos autores do relatório e do livro, para apaziguar os espíritos – mesmo que postumamente, como no caso de Mollica e, por que não dizer, do próprio Carlos Nelson.

É preciso esclarecer, portanto, que Carlos Nelson Ferreira dos Santos nunca se declarou autor ou mesmo coautor deste livro, embora nele se reconhecesse e fosse um de seus maiores entusiastas, tal como revelam os documentos e entrevistas realizadas para os fins desta *Apresentação*. Basta também verificar suas referências bibliográficas em outros trabalhos posteriores. No livro *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*, o próprio Carlos Nelson refere desse modo a pesquisa de Arno e Mello em *Notas à etnografia de Catumbi*:

[...] No Catumbi, havia relações familiares muito fortes [...] e até mesmo grupos étnicos conhecidos por seu conservadorismo em matéria de comportamento profissional, doméstico e familiar (ciganos, italianos, espanhóis, portugueses). De qualquer forma, não sendo este o objetivo do [presente] estudo, fica aqui registrado um campo fértil para especulações e análises que, aliás, foram desenvolvidas por Marco Antonio Mello e Arno Vogel em pesquisa que levaram a cabo sobre uso do espaço social no bairro (Santos, 1981: 196-197).

A 4ª edição de *Quando a rua vira casa* que ora vem a público se deve, sobretudo, à sensibilidade e competente disposição editorial de Aníbal Bragança, diretor da EDUFF, e ao encontro providencial dos fotolitos, tão bem conservados e organizados pelo zelo *quasi*-amoroso de Vicente Wissenbach, tornando então possível a qualidade da impressão do livro escrito por Arno Vogel e Marco Antonio da Silva Mello, com os desenhos advindos do estro criativo de Orlando Mollica.

Cidade antiga, cidade moderna

Quando teve início a pesquisa de campo, mais de dez anos já haviam se passado desde as primeiras intervenções que afetaram o Catumbi e a vida de seus moradores.¹⁹ Projetos pontuais acompanhariam a execução do plano de expansão viária que ligou a Região Portuária à Zona Sul da cidade através da construção do viaduto da Linha Lilás,²⁰ com acesso direto ao túnel Santa Bárbara,²¹ passando por cima do Catumbi e da Cidade Nova, a partir das obras iniciadas no bairro do Santo Cristo. Grandes equipamentos de lazer e moradia, como o Sambódromo, prédios de apartamentos e conjuntos habitacionais, também contribuiriam para seccionar o Catumbi da encosta oeste de Santa Teresa, impossibilitando atividades de trabalho que podiam se conjugar nas casas, graças às suas relações imediatas com as ruas e calçadas dos bairros outrora contíguos.

19 Segundo dados da GEO-Rio e do IBGE, o Catumbi, com área territorial de 53,95 hectares, é um dos menores bairros da cidade em termos de extensão. Em 1980, a população do bairro era de 11.389 pessoas e, em 2010, 12.556 habitantes e um total de 4.384 domicílios, o que indica baixo crescimento demográfico ao longo das últimas décadas. O Catumbi faz parte da Zona Central do Rio de Janeiro, integrando a Região Administrativa III – Rio Comprido, e limita-se com os bairros da Cidade Nova a norte, do Estácio a oeste, do Rio Comprido a sul e de Santa Teresa a leste.

20 A convite do governador Carlos Lacerda, o urbanista grego Constantinos Doxiadis (1913-1975) propôs a criação do Plano Policromático em 1963, composto por grandes vias expressas interligadas com extensão total de 403 quilômetros em área urbana. A construção do túnel Santa Bárbara, da avenida Trinta e Um de Março, do viaduto São Sebastião (sobre a avenida Presidente Vargas) e do viaduto São Pedro – São Paulo (entre os morros do Pinto e da Providência), ligando os bairros de Laranjeiras, Catumbi e Santo Cristo, integrava o projeto da Linha Lilás, a primeira a ser construída. O nome Linha Lilás não se tornou referência comum em mapas e sinalizações de trânsito, pois não dispôs da mesma publicidade governamental que envolveu, duas décadas mais tarde, as inaugurações da Linha Vermelha (Rio Comprido – Via Dutra) e da Linha Amarela (Jacarepaguá – Ilha do Fundão), com o uso das respectivas cores em suas vigas e estruturas metálicas. Outras vias expressas não saíram do papel, como a Linha Azul (Penha – Recreio dos Bandeirantes), em parte aproveitada em novos traçados do BRT nas vias Transolímpica e Transcarioca, e a Linha Marrom (Rio Comprido – Santa Cruz). A Linha Verde (Gávea – Via Dutra), com um grande túnel projetado sob o maciço da Tijuca, foi só parcialmente construída, com a abertura do túnel Noel Rosa (Vila Isabel – Riachuelo).

21 A construção de um túnel entre os bairros de Catumbi e Laranjeiras foi inicialmente concebida no Plano Agache (1928-1930), pioneiro na modernização urbanística da cidade. Com 1.357 metros de extensão sob o morro Nova Cintra, onde está situado o bairro de Santa Teresa, o túnel Santa Bárbara foi o primeiro grande túnel carioca. Começou a ser construído em 1947, durante a gestão do prefeito Mendes de Moraes, sendo concluído somente 17 anos depois, no governo Carlos Lacerda, e inaugurado em 29 de junho de 1963. O túnel recebeu o painel de azulejos Santa Bárbara da artista plástica Djanira, em homenagem aos 18 operários mortos em sua construção. Em razão de seu grande valor artístico, o painel foi restaurado em 1995 e transferido de uma gruta interna e pouco visível no local para o Museu Nacional de Belas Artes, onde se encontra em exposição permanente (Carvalho, 2004).

O dia 8 de dezembro de 1966, quando 123 famílias tomaram conhecimento, pelos jornais, do decreto de desapropriação de suas casas, foi o estopim para dar início à intensa mobilização dos moradores nessa que foi uma das mais significativas e longevas lutas urbanas do Rio de Janeiro, desenrolada em pleno regime militar e de expressão internacional. Moradores reunidos fundaram uma associação que, durante anos, lutou pela permanência das famílias no local, opondo-se ao urbanismo oficial e aos argumentos que classificavam o bairro como *obsoleto*, diante da mistura considerada indesejável (ou *mixórdia*) dos diferentes modos de habitar e arranjos socioespaciais que articulavam, na casa ou na rua, *funções* variadas. As desapropriações prenunciavam demolições que não tardariam por vir, revelando que o bairro, para o poder público, não era mais que uma *passagem*, para dar lugar a amplos corredores de acesso para regiões estratégicas, estabelecendo novos fluxos na cidade. Entrementes, seus moradores, avessos aos deslocamentos forçados, ocupavam-se de inventar maneiras para evidenciar e publicizar nas arenas públicas as várias *formas de vida* ali presentes e o que tudo isso representava como *história* e *patrimônio* na paisagem urbana carioca.

Inicialmente, a Comissão Executiva de Projetos Especiais do Estado da Guanabara (Cepe), em convênio com o Banco Nacional de Habitação (BNH), executaria um “plano faraônico”²² que modificaria radicalmente a fisionomia do bairro e seu articulado sistema de casas e ruas. Estava previsto, com as desapropriações, o início da demolição de parte considerável do casario antigo para a construção de 5.500 unidades habitacionais, distribuídas em prédios de apartamentos, abrindo novas vias expressas que permitissem o fluxo rápido entre o porto e a Zona Sul. Nas palavras do presidente da Cepe, em reunião com os moradores do Catumbi, o projeto transformaria aquela “área deteriorada” (*sic*) em um mosaico de modernos conjuntos habitacionais destinados a servidores públicos, comerciários, bancários e outras tantas categorias socioprofissionais, tal como previa a legislação federal para os financiamentos do BNH. A lei, portanto, beneficiava as corporações profissionais, em detrimento das associações de moradores de bairro, com suas redes e investimentos econômicos, políticos e sociais diligentemente urdidas nas ações cotidianas, em contraposição ao planejamento concebido por um monocrático urbanismo de gabinete.

A respeito da Linha Lilás, seu traçado poderia ter sido ainda pior. O arquiteto e urbanista Marcos Konder Neto, naquele então, chefe de Serviço de Urbanismo da Cepe, em entrevista recente para esta *Apresentação*,²³ explicou que o viaduto estava projetado originalmente para ser construído sobre o Largo do Catumbi e a rua do Catumbi, o que afetaria em cheio o coração do bairro. Se não afetou diretamente o centro do bairro, a Linha Lilás interrompeu ruas, desagregou vizinhanças e esvaziou todo um universo de atividades sociais e econômicas que interligavam o Catumbi a suas adjacências. Sobre a ampla extensão de terra arrasada, restaram apenas uma chaminé como prosaico testemunho do antigo sistema construído, em meio aos gramados vazios emoldurando o imenso fluxo de automóveis em vias expressas.²⁴

A tensão política daqueles *anos de chumbo* exigia, portanto, empenho redobrado e incansável dos cidadãos mobilizados nas lutas urbanas, fossem eles moradores atingidos pelas obras ou aqueles que ocupavam cargos nos órgãos de planejamento. Em 1970, com a fundação da Associação de Assistência e Orientação dos Moradores do Catumbi, o en-

gajamento contra a especulação imobiliária colocaria o bairro definitivamente no centro das atenções de políticos e planejadores urbanos. Naquele mesmo ano, a Cepe viraria Sepe – Superintendência Executiva de Projetos Especiais, e as eleições no antigo estado da Guanabara transformariam o bairro em reduto eleitoral dos mais disputados. Desde então, muitos outros planos para o Catumbi foram sendo acumulados em pranchetas de antigos e novos órgãos de Estado, criados especialmente para a promoção dessa e de outras tantas transformações urbanas. Entre os projetos da Sepe que vinham, por sua vez, mudando a paisagem da cidade, determinando novos rumos para a sua expansão e imprimindo “novos estilos de morar”, estavam a construção do Centro Administrativo São Sebastião, sede da Prefeitura do Rio de Janeiro, na Cidade Nova; o Autódromo de Jacarepaguá, na Zona Oeste; e o conjunto de edifícios da Selva de Pedra, no Leblon.

A Selva de Pedra,²⁵ um conjunto de torres de apartamentos residenciais construído sobre o terreno da antiga favela da Praia do Pinto, tinha um potencial heurístico para a contraste que se pretendia acentuar com a pesquisa feita no Catumbi. Afinal, esse projeto, também ele assinado por Marcos Konder Neto, havia sido inteiramente planejado antes da chegada de seus primeiros moradores. Por essa razão, foi escolhido como parâmetro de comparação por contraste *vis à vis* o modo de vida em curso no Catumbi, ao representar a “cidade moderna”, “inteiramente planejada”, com espaços de usos exclusivos, unívocos e inequívocos, definidos pelo arquiteto e (ainda) não apropriados pelos seus (futuros) habitantes: uma cidade *prêt-à-porter*. Sem esquecer, contudo, sua proximidade imediata com a Cruzada São Sebastião,²⁶ conjunto de dez edifícios onde residem moradores de antigas favelas das margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, considerados pelos proprietários recém-chegados à Selva de Pedra como uma *vizinhança indesejável*.

A Selva de Pedra – ou Projeto Praia do Pinto, numa fantasmagórica alusão ao nome da favela extinta em 1969, após um incêndio de grandes proporções – previa moradia em apartamentos desvinculados dos espaços de trabalho. Especialmente com aquele gênero de trabalho visto como impertinente, pois entretecido em sua relação com a rua. Os muitos andares de apartamentos e poucas áreas de uso coletivo – e já predeterminadas para *um e somente um tipo* de uso – serviriam de *caso controle* para uma comparação com o dia a dia dos habitantes do velho bairro da área central. Assim, apontava para outra forma de gestão do cotidiano, menos integrada, menos engajada, menos diversificada; porém, mais especializada, mais delegada, mais homogênea. Um lugar onde “menos é mais”, onde “morar mais”, tal como anunciado na propaganda e no *stand* de venda dos imóveis, significava morar *exclusivamente*. A substituição da *rua* em benefício da *quadra*, do variado casario pelo insulamento dos condomínios fechados, faria proliferar por toda parte as autopistas, as passagens subterrâneas, os *cul-de-sac*, os *shopping centers*, o hipermercado.

Enquanto projetos como o da Selva de Pedra eram desenhados sobre pranchetas e acertados no *lobby* dos financiamentos, os moradores do Catumbi, do outro lado do túnel, não esmoreciam em sua defesa contra os projetos do urbanismo oficial. Em meio ao já emaranhado cipoal legislativo-institucional que determinava as políticas urbanas, a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1975, iria gerar novas mudanças e distintas consequências.

²² Expressão utilizada pela jornalista e advogada Guida Nunes no livro *Catumbi, rebelião de um povo traído: um caso de especulação imobiliária (1978)*.

²³ Entrevista com o arquiteto Marcos Konder Neto, realizada por Felipe Berocan Veiga e Gabriel Ferreira Barbosa, em 25 de fevereiro de 2016. A propósito do tema, ver número especial do Boletim Informativo (SEPE, 1973), cujo texto não assinado é de autoria do arquiteto.

²⁴ A partir de 2011, por iniciativa do prefeito Eduardo Paes, três equipamentos municipais – o Espaço de Desenvolvimento Infantil Lily Marinho, a Clínica da Família Sérgio Vieira de Mello e a Academia da Terceira Idade – foram instalados sobre esse terreno lateral da Linha Lilás, parcela originalmente concebida como área livre.

²⁵ A Selva de Pedra, com suas 40 torres e 2.251 apartamentos, começou a ser construída entre 1970 e 1971. Foi tema de um projeto de iniciação científica coordenado por Marco Antonio Mello no IFCS-UFRJ (1999), do qual participaram Gustavo Neves Bezerra, Cecília Campelo do Amaral Mello e Tiago Miguel Passos, e de artigos publicados pelos autores deste livro no Brasil e na França, considerando o contraste entre a Selva de Pedra e a Cruzada São Sebastião (Mello, 2001; Mello e Vogel, 2002).

²⁶ A Cruzada São Sebastião foi criada em 1955 no Leblon, por iniciativa de uma associação de mesmo nome fundada por D. Helder Câmara. Seus dez blocos de sete andares abrigaram inicialmente 916 famílias vindas das favelas da Praia do Pinto e da Ilha das Dragas, ambas localizadas na antiga área hoje ocupada pela Selva de Pedra. Atualmente, nos 966 apartamentos da Cruzada, moram em torno de 4.000 pessoas. Sob orientação de Marco Antonio da Silva Mello, o conjunto habitacional foi objeto da dissertação de mestrado em Ciência Política de Ilza Helena Teles Mascarenhas (2005), sobre o cotidiano de suas crianças na Escola Municipal Santos Anjos, e da tese de doutorado em Antropologia de Soraya Silveira Simões (2008), a partir de sua ancoragem em uma rede de sociabilidade feminina. Na ocasião, vários pesquisadores internacionais acompanharam a antropóloga em campo, entre os quais Laurent Thévenot, Daniel Cefai e Roselyne de Villanova. O conjunto foi tema de livro publicado na França (Simões, 2010) e do documentário em longa-metragem Cruzada, de Gabriel Zagury Melo (91', 2013), realizado pelo LeMetro e exibido em avant-première na quadra da escola pública local, em 30 de novembro de 2013, tal como era o desejo acalentado por seu realizador.

27 Os conceitos de geografia fantástica, arquitetura imaginária, arqueologia fantástica e arqueologia urbana são variações em torno dos processos de composição local e evidência de uma topografia legendária, tal como propuseram os autores no projeto “Laboratório de Arqueologia Urbana” (MN/UF RJ, 1982) e no artigo “Sistemas construídos e memória social: uma arqueologia urbana?” (Vogel e Mello, 1984). Tais conceitos e o referido projeto foram também apresentados e discutidos no artigo “Além das ruínas: a arqueologia urbana como modo de reconhecer e fazer conhecer a cidade” (Veiga e Mello, 2015). O filme 10 rue Lesage, Belleville: arqueologia urbana de um bairro popular parisiense (LeMetro/IFCS-UF RJ, 77, 2010), dirigido por Marco Antonio da Silva Mello, Augustin Geoltrain, Felipe Berocan Veiga e Soraya Silveira Simões, bem como as pesquisas de doutorado em Antropologia de Felipe Berocan Veiga sobre a Praça Tiradentes (2011) e de Leticia de Luna Freire sobre a ilha do Fundão (2011) propõem discussões sobre a arqueologia urbana.

28 Diferenças cultivadas por açorianos em relação aos portugueses continentais foram explicitadas na pesquisa de campo durante a visita do Prof. Pedro Agostinho (UFBA) à Festa do Divino Espírito Santo realizada pela Irmandade da Devoção Particular do Divino Espírito Santo de Catumbi. A celebração açoriana do catolicismo popular, de expressão marcadamente separatista e anticlerical, foi pesquisada por Margareth da Luz Coelho na graduação em Ciências Sociais (1984), sob orientação de Marco Antonio da Silva Mello, e no mestrado em Antropologia na UFF (1996), orientada por Arno Vogel, a partir da comparação com a Festa do Divino no bairro da Engenhoca, em Niterói.

29 Os italianos moradores do bairro – provenientes das cidades de Cosenza, na Calábria, e de Bréscia, na Lombardia – estavam diretamente ligados à associação de moradores e à paróquia, constituindo o hardcore do movimento social do Catumbi estudado por Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981). Entre seus notáveis representantes, destacam-se as figuras de padre Mário Prigol, vigário da Igreja Nossa Senhora da Salete, Sílvio Cataldo, proprietário da ótica e presidente da associação, e Ítalo Bréscia, vice-presidente e fotógrafo social do bairro, ambos intensamente envolvidos com a edição e a distribuição do jornal associativo O Catumbi, que durou de 1971 a 1975, com 51 números publicados. O grupo foi tema da pesquisa de Paulo Accorsi Junior no ICHF-UFF, orientado por Marco Antonio da Silva Mello (1980-81). A prática dos italianos de unirem movimentos políticos e a publicação de folhetins estava ligada a movimentos de esquerda, em atividades sindicais anarquistas e comunistas do início do século XX, e também à

Nem toda a tecnologia empregada nas obras do Catumbi, contudo, era capaz de fazer tábula rasa das reminiscências de seus habitantes, que continuavam vendo, mostrando e percorrendo o bairro por meio de uma cultivada *topografia legendária*. Casas e ruas desparecidas eram objeto do exercício de uma estranha *arqueologia fantástica*,²⁷ como Mello e Vogel denominariam a curiosa evidência, na paisagem urbana imaginária, de lugares não mais existentes e recuperados pela força da memória, ao longo das visitas guiadas por antigos moradores, conduzindo os etnógrafos sobre áreas totalmente transfiguradas pelas obras de engenharia.

A escolha do Catumbi recaía também sobre outra dimensão da pesquisa, pois se tratava de um bairro cuja expressão urbana não derivava somente de sua localização, contígua à Área Central de Negócios, mas sobretudo por suas especificidades culturais. Desde o século XIX, por sua relação com a região portuária, era notável bairro de acolhimento de famílias recém-chegadas do estrangeiro, formando pequenas colônias: portugueses do continente e das ilhas,²⁸ italianos,²⁹ espanhóis, armênios e ciganos Calon.³⁰ Inscrito na geografia sentimental do choro e do samba carioca, nos arredores da Praça Onze (*a pequena África*) e do bairro do Estácio, o Catumbi era também famoso por seus clubes de samba, ranchos e blocos carnavalescos, como o *Bafo da Onça*, o *União dos Caçadores* e o *Vai Quem Quer*, que ocupavam lugar de destaque na cidade, projetando-o para além das afiliações locais.

Havia também uma significativa variedade de padrões de ocupação, com casas e sobrados em variados graus de conservação. A existência de serviços públicos e particulares prestados a uma clientela diversificada, com armazéns à moda antiga,³¹ bares e botequins, padarias, armarinhos, igrejas, cemitério, fábricas, oficinas e presídio,³² respondia pela reputação de uma vida local bastante animada, incrementando o “movimento do bairro”, no dizer dos moradores. Por ter sido congelado, em termos de investimentos, durante mais de dez anos, para servir de *reserva urbana* aos planos de renovação então em curso na região central, o Catumbi, como bairro de pequenos proprietários e comerciantes, preservava a vitalidade de sua vizinhança. Em seus arredores, um conjunto de favelas – Mineira, Coroa, Fallet e São Carlos –, espalhadas sobre as encostas dos morros sobre o vale do rio Papa-Couve, acrescentava mais interesse para o estudo da arquitetura vernacular.

O Catumbi parecia conter, portanto, todos os ingredientes que o urbanismo modernista classificava como excesso. Naquele vale habitado, era possível observar uma cidade livre dos postulados do zoneamento, dos bairros em forma de *ilha* e da parafernália eletrônica para o controle dos estranhos e do acesso aos lugares. Ao contrário, tudo o que parecia nocivo para o urbanismo racionalista era o que catalisava as qualidades observadas pelos pesquisadores. Através da tópica da *renovação urbana*, *requalificação urbana*, *revitalização*, *reestruturação* e *reordenamento do espaço público*, os planejadores justificavam intervenções radicais, deixando antever, com seus eufemismos, o que consideravam ser o bairro: o velho, o antigo, o obsoleto, o desqualificado, o decadente, o desestruturado; a desordem, em suma.

As grandes obras realizadas no bairro tiveram, enfim, o seu curso. Sobre o viaduto que o seccionou, passam diariamente dezenas de milhares de automóveis. Outros tantos a traves-

sam o Catumbi rumo às alças do viaduto, em direção à Tijuca, Lapa, Centro, São Cristóvão e tantos outros bairros da cidade. No início do século XX, João do Rio já pronunciava: “E, subitamente, é a era do automóvel. O monstro transformador irrompeu, bufando, por entre os descombros da cidade velha, e como nas mágicas e na natureza, asperrima educadora, tudo transformou com aparências novas e novas aspirações” (Rio, 1911: 3).

Destituída do casario original, no início da década de 1980, uma das ruas antigas do bairro tornou-se conhecida no mundo inteiro: a Marquês de Sapucaí é hoje sinônimo de carnaval. O Sambódromo projetado por Oscar Niemeyer, também chamado de *passarela do samba*, é o principal destino dos turistas que visitam o Rio de Janeiro durante os quatro dias de folia. Essa gente toda olha para o bairro muito rapidamente, na agitação dos momentos de entrada e saída dos desfiles. Nada entendem desse lugar que margeia a Praça da Apoteose, palco final do grande espetáculo das escolas de samba cariocas. Ruas laterais são tomadas por cambistas apregoando ingressos de última hora e vendedores ambulantes que oferecem bebidas e comidas.

As casas do Catumbi no entorno imediato são transformadas pelo grande evento do ano, abrindo suas portas para esse público sazonal de “gente de fora”. A chácara da rua Emília Guimarães, por exemplo, agora foi transformada em *hostel*. Das sacadas do edifício Ítalo Brescia, o último a ser construído pela associação de moradores, no início dos anos 2000, turistas e visitantes assistem ao vai e vem de foliões exaustos, com suas fantasias aos frangalhos, despedaçadas, ocasião em que entra em cena gente que disputa adereços descartados, favorecendo um insólito mercado de reciclagem em pleno carnaval. Logo ali, uma quadra inteira demolida, para a instalação de uma garagem da Comlurb para lavar caminhões de lixo, objeto de total espanto e indignação dos antigos moradores do bairro, agora guarda restos de carros alegóricos e alambrados desmontáveis para a folia.

O Catumbi, enfim, contribuiu muito para a cidade ser o que ela é hoje. No passado, suas casas nobres, chácaras e cavalariças, num lugar aprazível a meio caminho entre o Largo do Paço e a Quinta da Boa Vista, atraíram Jean-Baptiste Debret, que ali instalou seu ateliê de pintura. Desprestigiado na modernidade, contudo, o bairro onde passaria a residir uma modesta classe média enfrentou com destemor uma verdadeira política de terra arrasada. As pessoas do lugar viram confrontadas suas próprias aspirações e visões de progresso; pois, na expectativa de melhorias por muito tempo acalentadas, acreditavam em vão que o túnel Santa Bárbara teria vindo para elas. Logo veriam que as coisas não eram tão simples. Sobre os escombros de suas casas e ruas, o Catumbi ofereceu à cidade em sacrifício um importante eixo viário e o endereço definitivo do carnaval. Além disso, a mobilização das famílias organizadas segundo as ruas do bairro renovou a própria legislação federal, permitindo doravante que associações de moradores pudessem constituir cooperativas habitacionais e construir blocos de apartamentos financiados pelo governo, rompendo a política corporativista até então vigente.

Finalmente, a associação de moradores obteve o *reconhecimento*, num longo processo de mobilização e luta que ampliou e refinou capacidades individuais e coletivas, constituindo-se como interlocutora competente e como sujeito de direitos no âmbito da *cidade polí-*

participação em indústrias gráficas e em redes de distribuição e venda de jornais (Chinelli, 1977).

30 Sobre os ciganos Calon moradores do bairro e sua longa e surpreendente inserção no judiciário carioca desde a sociedade colonial – primeiro como andadores do Rei, depois como mordomos do paço, meirinhos e finalmente como oficiais de justiça –, ver os artigos de Marco Antonio da Silva Mello, Felipe Berocan Veiga, Patrícia de Araújo Brandão Couto e Mirian Alves de Souza, publicados na França e em Portugal (2005; 2009), a partir da pesquisa motivada pelo intenso diálogo com o antropólogo francês Marc Bordigoni. Ver também sobre o tema a dissertação de mestrado em Antropologia de Mirian Alves de Souza (2006), orientada por Marco Antonio da Silva Mello, e os artigos publicados na Revista de História da Biblioteca Nacional (Mello e Souza, 2006) e na revista Brésil(s): sciences humaines et sociales (Veiga e Mello, 2012).

31 O Armazém São José, situado na esquina das ruas Emília Guimarães e Van Erven, posto de reunião e observação dos homens do bairro como num symposium, se tornou lugar por excelência dos antropólogos no campo, objeto de observação sistemática e de análise nas páginas deste livro. Foi na primeira visita ao armazém que romperam a desconfiança inicial e explicitaram um modo próprio de fazer pesquisa, desfazendo mal-entendidos, convencendo os moradores e se diferenciando dos arquitetos e jornalistas que os precederam no campo. Décadas depois, Isaac Joseph, então chefe do Departamento de Sociologia da Université de Paris X – Nanterre, foi convidado por Marco Antonio Mello a conhecer o bairro e o memorável armazém, num agradável encontro com seus antigos anfitriões – entre eles Toninho, o barman. Isaac Joseph, pioneiro na organização e difusão de textos da Escola de Chicago na França, esteve em diversos locais de pesquisa de campo na companhia de seus colegas brasileiros, visitas essas que foram apresentadas em dois capítulos de livros publicados na França e no Brasil (Mello, Valladares, Kant de Lima e Veiga, 2007; 2011).

32 No lugar do antigo Complexo Penitenciário Frei Caneca, presídio mais antigo do Brasil implodido em 2010, o Governo do Estado, por meio da Companhia Estadual de Habitação – CEHAB, construiu os Residenciais Zé Keti e Ismael Silva. Esses dois conjuntos habitacionais integram o Programa Minha Casa Minha Vida e foram inaugurados em junho de 2014, com 998 unidades. É objeto de estudo de Rodrigo Lopes Cavalcanti Ribeiro em seu mestrado em Sociologia na UFF, sob orientação de Felipe Berocan Veiga (2016).

tica. Na esfera municipal, a experiência do Catumbi gerou outro marco legal importante: o decreto n. 2.534, de 14 de março de 1980, assinado pelo prefeito Israel Klabin, delimitando a *Zona Especial ZE-8 - Cidade Nova*, que interrompeu as demolições no bairro: “tendo em vista a necessidade de preservar áreas levando em consideração os elementos ambientais que representam valores culturais, históricos e arquitetônicos, e ainda de compatibilizar projetos de renovação urbana com a realidade econômico-social”. O decreto permitiu ao Catumbi a recomposição de seu tecido urbano junto à malha viária, e mais do que isso, deu início às políticas de preservação e valorização do patrimônio da cidade. Inclusive a posterior criação da Zona Especial do Corredor Cultural no centro histórico do Rio de Janeiro, a partir da Lei n. 506, de 17 de janeiro de 1984, durante a gestão do prefeito Marcelo Alencar. Mais uma contribuição fundamental do bairro à cidade, para a qual tanto contribuiu e da qual em troca tão pouco recebeu. Na gestão do projeto urbano, não se tratava mais de considerar somente a *urbe*, reificando a pura exterioridade do sistema construído; mas os moradores e usuários da cidade, que passaram legitimamente a assumir o protagonismo que lhes cabia na *civitas*.

Bibliografia

- AUGOYARD, Jean-François. *Pas à pas. Essai sur le cheminement quotidien en milieu urbain*. Paris: Éditions du Seuil, 1979. 185 p. (Col. Espacements)
- BECKER, Howard S. De que lado estamos? [1970]. In: *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977, pp. 122-136.
- BENET, Francisco. The ideology of islamic urbanization. In: *International Journal of Comparative Sociology*, v. 4, n. 2. Sage Publications, Set.1963, pp. 211-226.
- CARVALHO, Ronaldo Cerqueira. *Rio de Janeiro: uma cidade conectada por túneis*. Rio de Janeiro: IPP/ SMU/ PCRJ, Fev/2004. 57 p. (Col. Estudos Cariocas). Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2353_Rio%20de%20Janeiro%20-%20Uma%20Cidade%20Conectada%20por%20T%C3%BAneis.pdf. Acesso em 15/Mar/2016.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994 [1980]. 352 p.
- _____. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982 [1975]. 350 p.
- CHINELLI, Filippina. *Folha no chão: etnografia de uma sociedade de jornalistas*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Orientador: Luiz de Castro Faria. Rio de Janeiro: PPGAS/MN-UFRJ, 1977. Mimeo. 211 p.
- COELHO, Margareth da Luz. *Açorianos: o sentido de uma devoção*. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Orientador: Marco Antonio da Silva Mello. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, 1984. Mimeo. 29 p.

- _____. *O império e a rosa: um estudo sobre uma devoção ao Espírito Santo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Orientador: Arno Vogel. Niterói: PPGACP-UFF, 1996. 141 p. Mimeo.
- COSTA, Maria de Lourdes; AZEVEDO, Marlice. *Visões inovadoras em Arquitetura e Urbanismo: depoimentos. Seminário Carlos Nelson Ferreira dos Santos*. Niterói: UFF; PPGAU, 2012. 240 p.
- DAVIDOFF, Paul. Advocacy and pluralism in planning. In: *Journal of the American Institute of Planners*, v. 31, n. 4. Chicago, IL: American Planning Association, Out.1965, pp. 331-338.
- EDDY, Elizabeth M. (ed.). *Urban anthropology: research perspectives and strategies*. Athens, GA: University of Georgia Press, 1968. 100 p.
- FREIRE, Leticia de Luna. *Próximo do saber, longe do progresso: história e morfologia social de um assentamento urbano no campus universitário da Ilha do Fundão - RJ*. Tese (Doutorado em Antropologia). Orientador: Marco Antonio da Silva Mello. Niterói: PPGA-UFF, 2011. 314 p. Mimeo.
- GOODMAN, Robert. *After the planners*. Harmondsworth: Penguin Books, 1972. 270 p.
- GRAFMEYER, Yves; JOSEPH, Isaac Joseph (dir.). *L' école de Chicago. Naissance de l' écologie urbaine*. Paris: Les éditions du Champ Urbain - CRU, 1979. 334 p.
- GULLAR, Ferreira. *A luta corporal: poemas*. 3a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975 [1954]. 128 p.
- HANNERZ, Ulf. *Explorer la ville: éléments d' Anthropologie Urbaine*. Traduction et présentation: Isaac Joseph. Paris: Minuit, 1983 [1980]. 419 p.
- HÉNAFF, Marcel. *La ville qui vient*. Paris: L'Herne, 2008. 239 p. (Collection Carnets)
- JACOBS, Jane. 1961. *The death and life of great American cities*. New York: Vintage Books, 1961. 459 p. (Há tradução brasileira: *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 516 p.)
- KLÜHSPIES, Karl. *München nicht wie geplant. Stadtpolitik, Bürgerwille und die Macht der Medien*. München: Münchner Forum, 2015. 250 p.
- LEFEVRE, Henri. *Le droit à la ville*. Paris: Éditions Anthropos, 1968. 164 p. (Há tradução brasileira: *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001. 144 p.)
- LEMIÈRE, Jacques. Qu'est-ce que filmer ce qui, du lieu, a eu lieu? En remontant la rue Vilin, film de Robert Bober, 1992. In: *Les Nouvelles d'Archimède*, n. 48. Lille: USTL-Culture, Université de Lille 1, Avril-Juin/2008, pp. 35-38.
- MASCARENHAS, Ilza Helena Teles. *Escola pública e moradia: o cotidiano dos moradores da Cruzada São Sebastião do Leblon*. Dissertação de Mestrado (Ciência Política). Orientador: Marco Antonio da Silva Mello. Niterói: PPGCP-UFF, 2005. 115 p. Mimeo.

- MATTOS, Beatriz Arosa de. *Explicadoras na Nova Holanda: um estudo sobre processos informais de escolarização*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Orientador: Marco Antonio da Silva Mello. Niterói: PPGCP-UFF, 2008. Mimeo.
- MELLO, Marco Antonio da Silva. Selva de Pedra: apropriações e reapropriações dos espaços públicos de uso coletivo no Rio de Janeiro. In: ESTERCI, Neide; FRY, Peter; GOLDEMBERG, Mirian (Orgs.). *Fazendo Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, pp. 205-228.
- MELLO, Marco Antonio da Silva; VALLADARES, Licia; KANT DE LIMA, Roberto; VEIGA, Felipe Berocan. Isaac Joseph: diário de bordo, percursos, experiências urbanas e impressões de pesquisa In: CEFAÏ, Daniel; MELLO, Marco Antonio da Silva; MOTA, Fabio Reis; VEIGA, Felipe Berocan (orgs.). *Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Niterói: EDUFF, 2011, pp. 477-515.
- _____. Si Tu Vas a Rio! L'Éxperience Brésilienne d'Isaac Joseph. In: CEFAÏ, Daniel; SATURNO, Carole (orgs.). *Itinéraires d'un Pragmatiste: Autour d'Isaac Joseph*. Paris: Economica, 2007, pp. 235-259.
- MELLO, Marco Antonio da Silva; SOUZA, Mirian Alves de. Meirinhos aristocráticos. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 2, n. 14. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Nov/2006, pp.29-32. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/meirinhos-aristocraticos>. Acesso em: 24/Mai/2016.
- MELLO, Marco Antonio da Silva; VEIGA, Felipe Berocan; COUTO, Patrícia de Araújo Brandão; SOUZA, Mirian Alves de. Os ciganos do Catumbi: de “andadores do Rei” e comerciantes de escravos a oficiais de justiça na cidade do Rio de Janeiro. In: *Cidades: comunidades e territórios*, n.º. 18. Lisboa: CET-ISCTE, Jun/2009, pp. 79-92. Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9290>. Acesso em: 24/Mai/2016.
- _____. Les gitans de Cidade Nova et l'appareil judiciaire de Rio de Janeiro: du négoce interprovincial des esclaves au négoce des frais de justice. In: *Études Tsiganes*, v. 21, n. 1. Paris: FNASAT, 2005, pp. 12-33. Disponível em: <http://www.etudestsiganes.asso.fr/tablesrevue/PDFs/Vol%2021%20institutions.pdf>. Acesso em: 24/Mai/2016.
- MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno. Vingt ans après: des espaces publiques aux territoires clos de la Selva de Pedra, Rio de Janeiro. In: JOSEPH, Isaac e CEFAÏ, Daniel (orgs.). *L'Héritage du pragmatisme: conflits de l'urbanité et épreuves de civisme. Colloque International Cérisy-la-Salle 1999*. Paris: Éditions L'Aube, 2002, pp. 237-263.
- _____. Cuando la calle se transforma en casa: algunas consideraciones sobre Habito e diligo en el medio urbano. In: *Cuadernos de Antropología Social*, n. 25. Buenos Aires: UBA, 2007, pp. 29-49. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180914246002>. Acesso em 02/Abr/2016.

- _____. Quand la rue devient maison: habito et diligo dans la ville. In: *Communications*, n. 73, dossier Manières d'habiter (dir. Philippe Bonnin). Quetigny: Éditions du Seuil; Paris: IIAC/EHESS, 2002, pp. 163-182. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/comm_0588-8018_2002_num_73_1_2118. Acesso em 12/Jan/2016.
- MOLLICA, Orlando de Magalhães. *A permanência do paisagismo e o “olhar paisagístico” na mídia brasileira*. Tese de Doutorado (Comunicação). Orientadora: Liv Sovik. Rio de Janeiro: ECO-UFRJ, 2005. 205 p.
- _____. *A cidade e o desenho no universo das representações*. Dissertação de Mestrado (Comunicação). Orientador: Muniz Sodré de Araújo Cabral. Rio de Janeiro: ECO-UFRJ, 1990. 72 p.
- _____. O desenho e a cidade. In: COSTA, Maria de Lourdes P. M. (org.). *Urbanidade*. Rio de Janeiro: CREA-RJ/CEARQ, 2004, pp. 49-63. (Col. Arquitetura e Urbanismo; 1)
- MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Divisão de Editoração, 1995. 178 p. (Col. Biblioteca Carioca; v. 32)
- NUNES, Guida. *Catumbi, rebelião de um povo traído: um caso de especulação imobiliária*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978. 200 p.
- OLIVIERI, Silvana. *Quando o cinema vira urbanismo: o documentário como ferramenta de abordagem da cidade*. Salvador: EDUFBA: PPGAU; Florianópolis, ANPUR, 2011. 252 p.
- RIO, João do. *Vida vertiginosa*. Rio de Janeiro; Paris: H. Garnier Livreiro-Editor, 1911. 344 p.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988. 192 p.
- _____. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. 256 p.
- _____. Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo? In: VELHO, Gilberto (org.). *O desafio da cidade. Novas perspectivas da antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1980, pp. 37-57.
- SEGAUD, Marion. *Anthropologie de l'espace. Habiter, fonder, distribuer, transformer*. 2a. ed. Paris: Armand Colin, 2010 [2007]. 245 p.
- SEPE - SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE PROJETOS ESPECIAIS. *Boletim Informativo*, número especial. Rio de Janeiro: Estado da Guanabara - Governo Chagas Freitas, Jul/1973. 75 p.
- SILVA, Maria Laís Pereira da. Sobre as favelas e seus moradores: palavras de Carlos Nelson Ferreira dos Santos. In: *Revista da FAU-UFRJ - Habitar a cidade: favela*, n. 1. Rio de Janeiro: FAU-UFRJ, 2008, pp. 08-15.

- SILVA, Maria Laís Pereira da; EIRAS, Isabel Cristina; MELLO, Diogo Lordello de. O arquiteto que virou antropólogo: Carlos Nelson Ferreira dos Santos. In: FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Capítulos da memória do urbanismo carioca*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; Folha Seca, 2002, pp. 104-138.
- SIMÕES, Soraya Silveira. *Histoire et ethnographie d'une cité à Rio: la Cruzada São Sebastião do Leblon*. Paris: Karthala, 2010. 243 p.
- _____. *Cruzada São Sebastião do Leblon: uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Antropologia). Orientador: Marco Antonio da Silva Mello. Niterói: PPGA-UFF, 2008. 424 p. Mimeo.
- SOUZA, Lucia Maria Cardoso de. *Os caminhos da Maré: a turma 302 do CIEP Samora Machel e a organização social do espaço*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Orientador: Marco Antonio da Silva Mello. Niterói: PPGA-UFF, 2006. Mimeo.
- SOUZA, Mirian Alves de. *Os ciganos Calon do Catumbi: ofício, etnografia e memória urbana*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Orientador: Marco Antonio da Silva Mello. Niterói: PPGA-UFF, 2006. 111 p. Mimeo.
- STRAUSS, Anselm L. *Images of the American city*. New York: The Free Press of Glencoe, 1961. 306 p.
- VEIGA, Felipe Berocan. "O ambiente exige respeito": *etnografia urbana e memória social da Gafieira Estudantina*. Tese (Doutorado em Antropologia). Orientador: Marco Antonio da Silva Mello. Niterói: PPGA-UFF, 2011. 438 p. Mimeo.
- VEIGA, Felipe Berocan; MELLO, Marco Antonio da Silva. Além das ruínas: a arqueologia urbana como modo de reconhecer e fazer conhecer a cidade. In: *Antropolítica: revista contemporânea de Antropologia*, n. 38. Niterói: PPGA-UFF, 1º.Sem./2015, pp. 169-203. Disponível em: <http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica/article/view/338>. Acesso em 02/Jan/2016.
- _____. Le 'Jour National du Tsigane' au Brésil. Espaces symboliques, stéréotypes et conflits autour d'un nouveau rite du calendrier officiel. In: SCHPUN, Mônica Raisa; BORDIGONI, Marc. (Orgs.). *Brésil(s). Sciences Humaines et sociales*, n. 2, dossier *Tsiganes*. Paris: CRBC-EHESS, 2012, pp. 41-78. Disponível em: <https://brsils.revues.org/556>. Acesso em 17/Abr/2016.
- VOGEL, Arno; VOGEL, Vera Lúcia de Oliveira; LEITÃO, Gerônimo Emílio de A. *Como as crianças vêem a cidade*. Rio de Janeiro: Pallas: Flacso: UNICEF, 1995. 167 p.
- VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antonio da Silva. Da casa à rua: a cidade como fascínio e descaminho. In: FAUSTO, Ayrton e CERVINI, Ruben (Orgs.). *O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. Brasília: FLACSO Brasil; UNICEF; UNESCO; São Paulo: Cortez Editora, 1991, pp. 133-150.

- _____. O experimento de Tobiki: reflexões sobre a didática magna da prosperidade. In: *Fórum educacional*, v. 13, nº. 1-2. Rio de Janeiro: FGV, 1989, pp. 3-35.
- _____. Sistemas construídos e memória social: uma arqueologia urbana? In: *Revista de Arqueologia*, v. 2, nº. 2. Belém: Museu Emílio Goeldi/ CNPq, Jul-Dez/1984, pp. 46-50.
- _____. Lições da rua: o que um racionalista pode aprender no Catumbi. In: *Arquitetura revista*, v. 1, n. 1. Rio de Janeiro: FAU-UFRJ, Set/1983, pp. 67-79. Publicado em edição revista in: KANT DE LIMA, Roberto; MELLO, Marco Antonio da Silva; FREIRE, Leticia de Luna (orgs.). *Pensando o Rio: políticas públicas, conflitos urbanos e modos de habitar*. Niterói: Intertexto; FAPERJ, 2015, pp. 239-315.
- ZAGURY MELO, Gabriel. *Erraminhando: reflexões sobre meus erros e caminhos na realização de filmes que tento fazer*. Monografia de Bacharelado (Comunicação – Cinema e Vídeo). Orientador: Marco Antonio da Silva Mello. Niterói: IACS-UFF, 2008. 64 p. Mimeo.